

L E I nº 3.208/2012

Data : 05 de abril de 2012.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal
escrever o imóvel o imóvel constituído
de parte do Lote 01, da Quadra 07, na
Vila São José, situado na Rua Sebastião
Faria nº 25, Vila São José, nesta cidade,
em nome de **MARIA HELENA DA
SILVA**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do
Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal
autorizado a escrever o imóvel constituído de Parte do Lote 01, da Quadra 7,
localizado na Vila São José, medindo 11 metros de frente para a Rua Sebastião Faria,
por 12 metros da frente aos fundos, perfazendo a área de 132 metros quadrados, a que se
refere a Transcrição nº 9.428 do Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca de
Bandeirantes, doado verbalmente em 1989 pelo município ao Sr. José Silveiro dos Santos
Filho, já falecido, contendo uma casa residencial, em alvenaria, Projeto Padrão Tipo 1,
com 59,98 m², construído por ele, em nome de sua mulher **MARIA HELENA DA
SILVA**, brasileira, viúva, pensionista, analfabeta, portadora da Carteira de Identidade
RG nº 7.834.191-2/SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 009.410.629-02, residente e
domiciliado na Rua Sebastião Faria nº 25, Vila São José, nesta cidade.

§ 1º - A escrituração a que se refere o "caput" deste
artigo, dar-se-á por concessão de uso especial, para fins de sua moradia e de seus
familiares, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data de vigência desta Lei.

§ 2º - Expirado o prazo estabelecido no parágrafo
anterior, ensejará a formalização da escritura pública definitiva doação à concessionária,
que será outorgada pelo Município.

Art. 2º - As despesas para lavratura de escritura
pública de concessão de uso especial e da escritura pública definitiva de doação, ficarão
sob responsabilidade da concessionária.

Art. 3º - A presente concessão especial de uso do
imóvel, descrito no art. 1º desta Lei, é em caráter temporária, pessoal e intransferível,
salvo com expressa anuência do Município.

Parágrafo Único - O imóvel concedido não poderá ser hipotecado, arrestado, seqüestrado, arrecadado, ou por qualquer forma onerado, nem alienado, o que constará como ônus no registro imobiliário-

Art. 4º - A presente concessão especial de uso será considerada rescindida de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nos termos do art. 119 c/c o art. 961 do Código Civil, revertendo a posse do imóvel ao Município, acrescida de suas benfeitorias, caso o concessionário ceder no todo ou parcialmente, o imóvel, objeto desta Lei, a qualquer título, ou der destinação diversa da constante no art. 1º desta Lei, sem expresse consentimento do Município.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano -IPTU, em relação ao imóvel, objeto desta concessão especial de uso, em nome da concessionária.

§ 1º - O débito decorrente do Imposto Predial e Territorial do imóvel, descrito no art. 1º desta Lei, não poderá ser inscrito em dívida ativa do Município, sob pena de considerar-se rescindida de pleno direito a concessão e reverter o imóvel ao Município, acrescido das edificações, sem que nenhum direito haja para a concessionária a título de retenção por benfeitorias, indenização ou qualquer outro.

§ 2º - O Município, a seu critério, poderá rever a penalidade imposta ao concessionário, prevista no parágrafo anterior .

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o art. 2º da Lei nº 1.490/84, de 09/11/184.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes,
Estado do Paraná, em 05 de abril de 2012.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal